

10º Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política
Ciência Política e a Política: memória e futuro
30/08 a 02/09/2016, Belo Horizonte, MG
Área temática: Participação Política

**OS PROTESTOS DE JUNHO DE 2013:
MOVIMENTOS SOCIAIS E REIVINDICAÇÕES**

Autora: Gisele Heloise Barbosa – UFSCar
Co-autora: Maria Teresa Miceli Kerbauy - UNESP

Resumo

O presente trabalho tem por objetivo efetuar uma síntese sobre os Protestos de Junho de 2013, expondo os argumentos desenvolvidos para compreender suas causas e consequências e sintetizando sua ocorrência pelo Brasil. Como método qualitativo, realizamos uma revisão da bibliografia produzida sobre os Protestos de 2013, apresentando as interpretações dadas pelos cientistas que escreveram sobre o fato, bem como procedemos uma análise crítica dos dados de pesquisas realizadas em 2013 pelos institutos IBOPE, Datafolha e CNT-MDA, cujos temas foram os protestos. A análise foi efetuada à luz dos conceitos de Donatella Della Porta e Mario Diani, apresentados no livro “Social Movements – an introduction” (2006). Como método quantitativo, foi efetuada uma síntese dos números das manifestações, a partir de dados disponibilizados pelo Portal G1. Fizemos gráficos cruzando a quantidade de manifestantes com os dias em que estes compareceram às ruas, mostrando o aumento em volume dos protestos até o pico, dia 20 de junho, e a posterior queda. Tais informações foram dispostas por região, estado e capital- demais cidades do estado e da região; também efetuamos um cálculo da porcentagem de pessoas nas ruas em relação à população absoluta da capital. As análises da bibliografia evidenciaram estudos muito concentrados na ocorrência dos protestos no sudeste, possivelmente por ser o estopim das passeatas e pela elevada quantidade de pessoas, em números absolutos. No entanto, quando olhamos para os dados quantitativos, a porcentagem de manifestantes em relação à população mostra outras capitais, de outras regiões, com números mais expressivos. Tal averiguação evidencia a necessidade de pesquisas sobre os protestos em outras regiões. Conforme mostram tabelas elaboradas pelo CNT/MDA Pesquisa (2013), a maioria das pessoas entrevistadas afirmou apoiar as manifestações de junho e estar descontente com os representantes eleitos. A pesquisa do IBOPE (20/06/2013) também confirmou a rejeição aos partidos e outras entidades, como sindicatos, apontada na literatura. Os dados sintetizados do Portal G1 evidenciam que a redução dos preços das passagens de ônibus, em 19/06, repercutiram de forma ampla pelo Brasil, modificando a causa central dos protestos e evidenciando que a população ainda não se contentara com essa medida. Conforme a literatura revisada apontou, outras questões sociais ganharam mais relevância em 20/06, principalmente a educação e a saúde, por meio de uma comparação com a construção dos estádios para a Copa do Mundo, de modo que o dia tornou-se um marco na cronologia protestos. É notável, no dia 20/06, a participação das outras cidades, com exceção das capitais, dos estados de São Paulo, Rio Grande do Sul e Minas Gerais. Todavia, é importante salientar os dados da tabela que cruza as capitais dos estados com a sua população total, a partir de dados disponibilizados pelo IBGE para 2010: São Paulo e Rio de Janeiro destacam-se por terem a maior quantidade de pessoas nas ruas, mas em números absolutos; é preciso levar em conta que se tratam das maiores cidades do país. Quando estes números são cruzados com a população dessas capitais, no dia 20/06, temos em São Paulo 0,89% e no Rio de Janeiro 4,75% de manifestantes nas ruas. Esses dados comprovam que o descontentamento do cidadão brasileiro com diversas questões, que envolvem os representantes eleitos, a gestão da cidade e a participação política, alcançou de forma generalizada o país nos Protestos de Junho de 2013.

Palavras-chave: movimentos sociais, participação.

Introdução

A globalização econômica e política possui um alcance mundial de modificação do espaço, criando uma relação dialética entre o local e o global e gerando novos dilemas para a política e principalmente para a democracia, ainda configurada na forma do Estado Nacional, com ampliação da desigualdade econômica e social (SASSEN, 2014; BAUMAN, 2009, 2014; BECK, 2009, 2011). A economia que se globaliza impõe modificações ao Estado, que deixa de ser social e se torna penal, além de ser visto como caro, corrupto e improdutivo. Modifica também sua própria natureza, deixando de lado a dimensão do direito, pois com as mudanças impostas ao mundo do trabalho oprime as reivindicações dos trabalhadores, que passam a vivenciar um ambiente laboral precário e informal e também o desemprego. Esse Estado se depara com o desafio de ser eficiente em sua atuação e, ao mesmo tempo, mínimo, principalmente no que tange à dimensão econômica. O grande problema é que as organizações políticas continuam no local, no interior do espaço urbano, com uma frágil capacidade de agir, sobretudo com eficácia e soberania (HELD, 1991). Tanto a cidade quanto o espaço global passam a priorizar políticas emergenciais e a administração de crises, uma vez que “[...] as cidades se transformaram em depósitos de problemas causados pela globalização” (BAUMAN, 2009, p.32).

Nesse contexto, os “velhos” e “novos” movimentos sociais¹ se reorganizam e se rearticulam, agregando agora em suas pautas de reivindicação os problemas trazidos pela era global do capitalismo, além de utilizarem os novos meios de comunicação, especialmente as redes sociais, para marcarem atos coletivos. Entendemos como movimento social um grupo de atores conscientes, fazendo escolhas racionais de ação em prol de seus interesses. Todavia, segundo Della Porta e Diani (2006), para compreendê-lo a fundo, é necessário analisar quatro pontos: relação entre mudança estrutural e transformações em modelos de conflito social; questões relativas ao todo das representações culturais no conflito social; o processo através do qual valores, interesses e ideias se transformaram em ação coletiva; como um determinado contexto social, político ou cultural afeta as chances de sucesso do movimento social e as formas que este assume.

Um dos principais meios de ação dos movimentos sociais é o protesto; segundo

¹ Os “velhos” movimentos sociais são aqueles mais vinculados à questão econômica e à luta de classes, enquanto os “novos” movimentos sociais, que emergiram nos anos 60 e 70, assumem uma dimensão cultural, relacionada ao reconhecimento de seu direito de existir (DELLA PORTA; DIANI, 2006).

Della Porta e Diani (2006), um protesto² pode ser definido por sua capacidade de mobilizar a opinião pública por meio de formas pouco convencionais, que escapam à rotina, e de assim pressionar aqueles que tomam as decisões ou fazem as leis, consideradas injustas ou inadequadas. Esse método de influir na política ampliou-se nos anos 60 e 70, indo além da oposição parlamentar, das eleições e das práticas diplomáticas como meios de negociação de interesses. Com a intensificação do processo de globalização e a expansão do neoliberalismo, com a conseqüente flexibilização dos mercados, a perda de direitos dos trabalhadores e a destruição do meio ambiente, esses protestos tem se tornado a maior forma de expressão dos movimentos sociais da atualidade.

Na transição para a democracia no Brasil dos anos 80, a sociedade civil aparentava ser única, com um propósito de consolidar a democracia, em oposição ao Estado ditador. No entanto, começaram a surgir novas formas de expressão política articuladas no interior da sociedade, entendidas por Teixeira (2002) como “redes de movimentos”, cujo foco ia além da luta por demandas materiais, concentrando-se em meios de participação e de controle sobre as decisões estatais, visto que a sociedade via o Estado como autoritário e distante de suas demandas. Os Protestos de Junho de 2013³, no entanto, levaram milhares de brasileiros às ruas por várias semanas, evidenciando o grande descontentamento da população com os serviços prestados pelo Estado e com a corrupção. Desse modo, é pertinente questionar: quais foram as principais reivindicações colocadas nos Protestos de Junho de 2013? Quem estava nas ruas? Qual foi o alcance dessas manifestações – ficaram concentradas apenas em capitais ou também chegaram até cidades do interior? Tal debate é importante visto que, conforme afirma Gohn (2012), os movimentos sociais continuam sendo atores centrais, embora não os únicos, dos processos e dinâmicas de luta por mudanças e justiça social. Desse modo, é relevante compreender um dos principais momentos de ação coletiva da atualidade brasileira, bem como quais transformações foram reivindicadas.

O presente trabalho tem por objetivo efetuar uma síntese sobre os Protestos de

² Dado o espaço limitado deste artigo, não temos a preocupação em diferenciar conceitualmente os termos “protestos”, “manifestações” e “jornadas”, tratando-os como sinônimos, dado o uso de todos estes termos na literatura para designar o mesmo fato: os Protestos de Junho de 2013.

³ É pertinente colocar que os protestos aqui não se caracterizaram como um ato revolucionário, pois, de acordo com Singer (2013), não questionaram os pilares da ordem. Gohn (2014a) e Xavier (2013) também colocam que os manifestantes não negavam o Estado, mas reivindicavam um vínculo maior com as necessidades sociais.

Junho de 2013 no Brasil, dando um panorama de sua ocorrência pelo país e buscando compreender suas causas e atores. Para alcançar o objetivo proposto, inicialmente, expomos uma cronologia dos protestos, seguida por uma síntese dos números das manifestações, a partir de dados disponibilizados pelo Portal G1⁴. Apresentamos dados estatísticos sobre a quantidade de manifestantes: os dias em que estes compareceram às ruas, mostrando o aumento em volume dos protestos até o pico, dia 20 de junho, e a posterior queda. Tais informações foram dispostas por região, estado e capital- demais cidades do estado e da região, juntamente com um cálculo da porcentagem de pessoas nas ruas em relação à população absoluta da capital. Em seguida, apresentamos as interpretações dadas pelos cientistas que escreveram sobre os Protestos de 2013, focando nos atores presentes nas ruas. A análise foi efetuada à luz da revisão bibliográfica realizada, que inclui os conceitos de Donatella Della Porta e Mario Diani, apresentados no livro *“Social Movements – an introduction”* (2006).

A ocorrência dos Protestos de Junho de 2013 pelo Brasil

As manifestações apontaram para um grande descontentamento geral da população brasileira, que saiu às ruas em passeatas organizadas, embora sem uma liderança única, com cartazes e faixas que pediam mudanças em diversas áreas sociais, levando entre vinte e quatro mil a um milhão de brasileiros às ruas em municípios de todo o país (dentre capitais e cidades do interior), entre 17 e 27 de junho, de acordo com infográfico do Portal G1. Neste tópico, introduziremos os Protestos de Junho de 2013, efetuando uma apresentação cronológica de sua ocorrência, seguida pela exposição de dados referentes aos números de manifestantes que foram às ruas pelo Brasil.

No dia 06/06, cerca de 150 pessoas foram à Prefeitura de São Paulo, para protestar contra o aumento da tarifa de ônibus no município; no dia seguinte, cinco mil pessoas se reuniram no Largo da Batata, em São Paulo e, nas duas vezes, a polícia reagiu de forma violenta. No dia 10/06, cerca de 300 manifestantes se reuniram no Rio de Janeiro para protestar contra o aumento na tarifa de ônibus, entrando em confronto com policiais. No dia seguinte, 12 mil protestaram em São Paulo, já incluindo pautas que iam além da tarifa do

⁴ O Portal G1 utilizou como principal fonte dados disponibilizados pela Polícia Militar; neste trabalho também não há a pretensão de criticar a contabilização de manifestantes feita pela Polícia, mas tão somente apresentar um panorama geral e mínimo da ocorrência dos protestos pelo país.

transporte público; a tropa de choque revidou com balas de borracha, bombas de gás lacrimogêneo e de efeito moral. No dia 13/06, houve protestos em Natal, Porto Alegre, Santarém, Maceió, Rio de Janeiro, Sorocaba, São Paulo, além de outras cidades menores. Dos cinco mil que participavam em São Paulo, 300 foram presos e 100 detidos para averiguação. A partir dessa data, a violenta repressão policial levou mais pessoas às ruas, tanto em defesa do direito constitucional de manifestação como contra a atuação da polícia em geral, agregando também múltiplas pautas (NOBRE, 2013).

Em 17/06, houve um crescimento dos protestos em várias regiões do país, com vários cartazes pedindo paz. Como consequência, as pautas começam a ampliar-se: contra a PEC 37⁵, a “cura gay”, os gastos com estádios para a Copa do Mundo em contraposição aos problemas da saúde e da educação. Em Brasília, houve a ocupação da Esplanada dos Ministérios e do teto do Congresso Nacional, numa demonstração de força e poder da população. No dia seguinte (18/06), ocorreram protestos em mais de 15 estados, e as reivindicações incluíam agora a reforma política. Em 19/06, houve redução da tarifa do transporte de ônibus em São Paulo e no Rio de Janeiro, o que representou o fim da segunda etapa de protestos. A partir do dia 20/06, data reconhecida por vários autores como um marco nos protestos (FERNANDES E ROSENO, 2013; GOHN, 2014b; MONDAINI, 2014; BARROS, 2014; LIMA, 2014), com a vitória da primeira demanda, a redução das tarifas, outras causas ganharam os cartazes e vozes dos protestos (CAMPOS JR., 2014). Iniciou-se uma nova fase, com ampliação do foco das manifestações, expressando múltiplas demandas. Segundo Fernandes e Roseno (2013), houve uma clara rejeição das mídias e partidos existentes, incluindo a queima de bandeiras partidárias, o canto do Hino Nacional e uma nova postura frente às lideranças tradicionais da grande imprensa, reagindo com revolta diante de certas visões e comentários sobre os protestos. Desse dia em diante, as manifestações foram diminuindo gradativamente, em número de encontros e em quantidade de pessoas.

Embora a sociedade brasileira seja heterogênea em suas demandas, como já apontava Abranches (1988) e como tem afirmado os comentaristas dos protestos (SOARES, 2013; VIANNA, 2013), o descontentamento com a política se mostra comum: o

⁵ Proposta de Emenda Constitucional daria poder exclusivo à polícia para realizar investigações criminais, o que proibiria as investigações do Ministério Público. Autoria do deputado federal Lourival Mendes (PT do B/ MA), em 2011. Após os Protestos de Junho de 2013, ela foi rejeitada.

brasileiro não se sente representado na figura do corpo político, embora ele mesmo o tenha eleito de forma democrática direta. De acordo com Emmanuel Castells, essa insatisfação é geral: “os cidadãos do mundo não se sentem representados pelas instituições democráticas” (FRONTEIRAS, 2013). Por isso, segundo Gohn (2014a), o tema da reforma política não atraiu grupos como o MPL, pois ela seria feita pelos políticos e partidos existentes, eles querem uma renovação nos quadros institucionais e partidários; não negam o Estado nem os partidos, apenas desejam que eles estejam vinculados de forma orgânica à sociedade. A tabela 1 apresenta dados sobre as reivindicações mais importantes; é interessante notar que a corrupção, a saúde, a reforma política e a educação são as mais colocadas pelos entrevistados.

Tabela 1. REIVINDICAÇÃO MAIS IMPORTANTE DAS MANIFESTAÇÕES

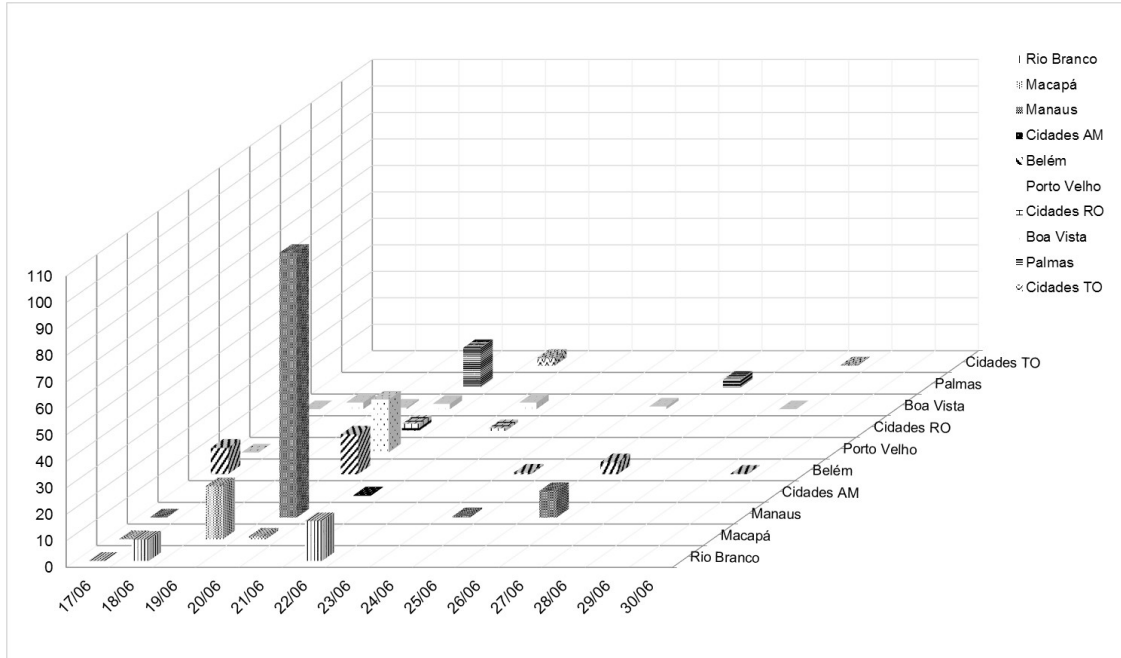
RESPOSTA	JUL/2013 (%)
Fim da corrupção	40,3
Melhorias na saúde	24,6
Reforma política	16,5
Melhorias na educação	7,8
Melhorias no transporte público	4,6
Melhorias na segurança	3,7
Outra	0,4
Não sabe / Não respondeu	2,1
Total	100,0

Fonte: CNT/MDA pesquisa – 07 a 10 de julho de 2013.

A seguir, procederemos uma exposição sobre a quantidade de manifestantes nos dias de protestos, de acordo com informações disponibilizadas pelo Portal G1 (2013) e sistematizadas neste trabalho. É importante ressaltar que, nesta pesquisa, são levados em conta os dados numéricos; os municípios onde não há número estimado de manifestantes, mas somente a menção da ocorrência de uma manifestação, foram descartados. Diante da amplitude da amostra – de 17 a 30 de junho de 2013, em alguns gráficos priorizou-se a exposição dos dados referentes ao dia 20, dada a relevância da data, conforme já discutido. Optamos também por apresentar os dados das regiões dividindo cada estado em dois grupos: capital e outras cidades, com vistas a observar a ocorrência das manifestações principalmente no interior.

O gráfico 1 apresenta os dados dos Protestos na Região Norte do Brasil, em milhares de manifestantes.

Gráfico 1. PROTESTOS NA REGIÃO NORTE, EM MILHARES DE MANIFESTANTES

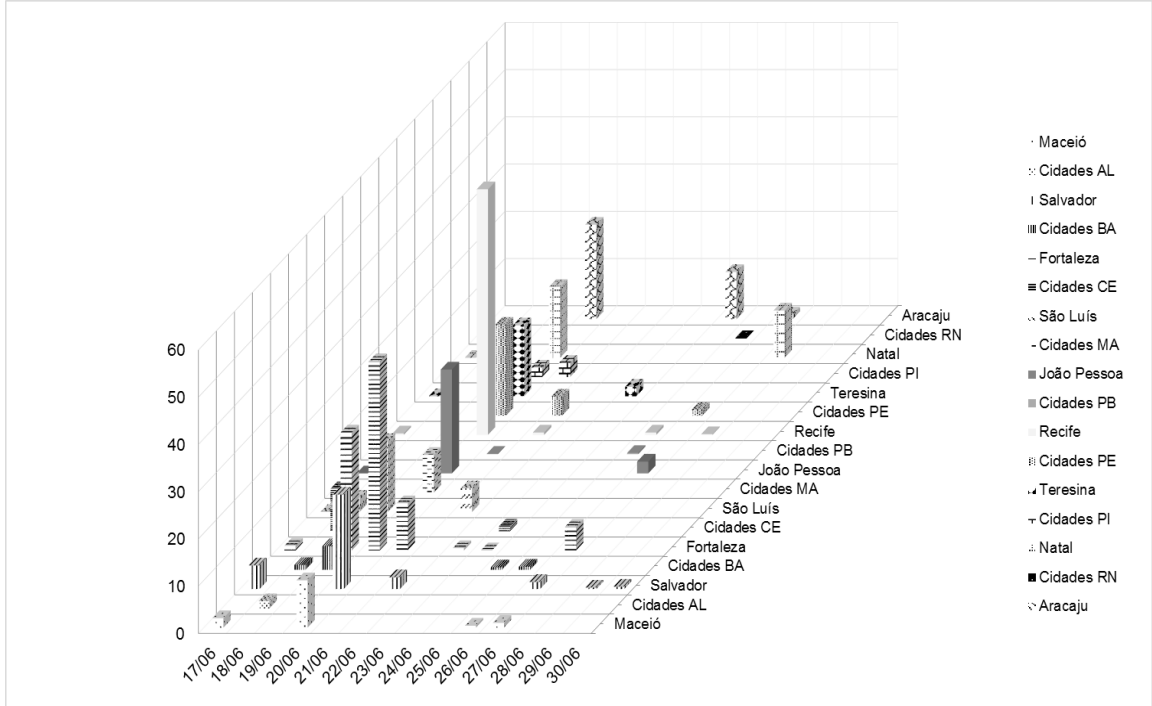


Fonte: elaboração própria, a partir de dados disponibilizados pelo Portal G1.

É notável a amplitude atingida pelas manifestações no dia 20/06. Na região Norte, houve manifestações neste dia em todas as capitais, com exceção de Rio Branco, destacando Manaus, com 100.000 pessoas. Antes desta data, ocorreram poucas concentrações; destaque para Macapá, que reuniu 20.000 pessoas em 19/06. Após o dia 20 de junho, ainda houve alguns protestos esparsos e com poucos integrantes. A seguir, o gráfico 2 traz a quantidade de manifestantes, em milhares, nos protestos ocorridos na região Nordeste.

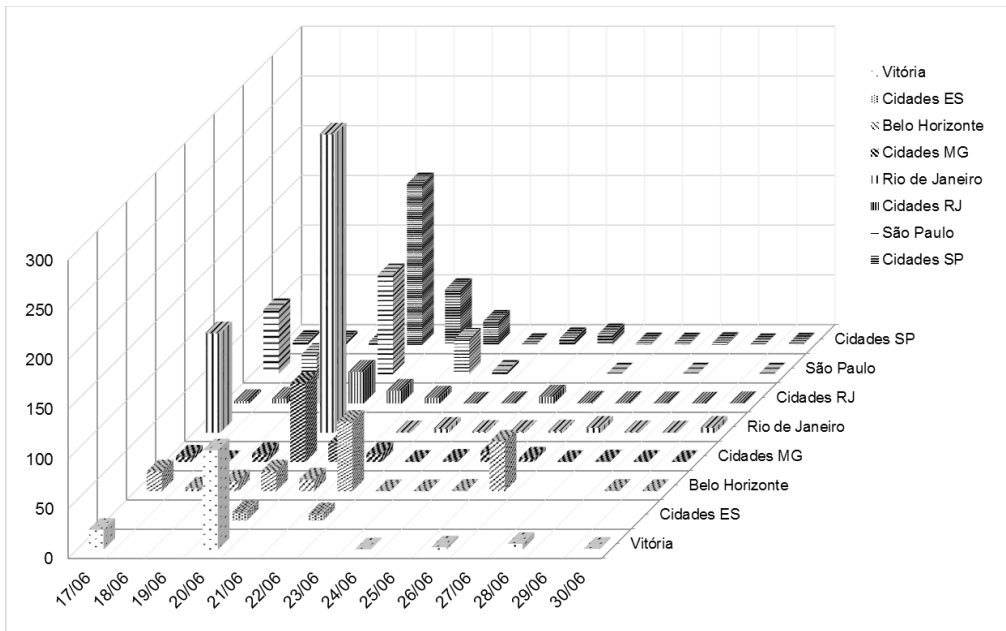
A região Nordeste segue o mesmo padrão do Norte: antes de 20/06, manifestações mais centradas nas capitais, destacando Fortaleza e São Luís, com 25.000 e 15.000 pessoas em 19/06, respectivamente. No dia 20, todas as capitais, exceto São Luís, tiveram concentrações, destacando municípios do interior do Pernambuco, bem com Fortaleza e Recife, em que havia 40.000 e 52.000 pessoas, respectivamente. A partir de 21/06, os protestos se tornam escassos novamente. O gráfico 3 mostra os dados dos Protestos, em milhares de manifestantes, na região Sudeste.

Gráfico 2. PROTESTOS NA REGIÃO NORDESTE, EM MILHARES DE MANIFESTANTES



Fonte: elaboração própria, a partir de dados disponibilizados pelo Portal G1.

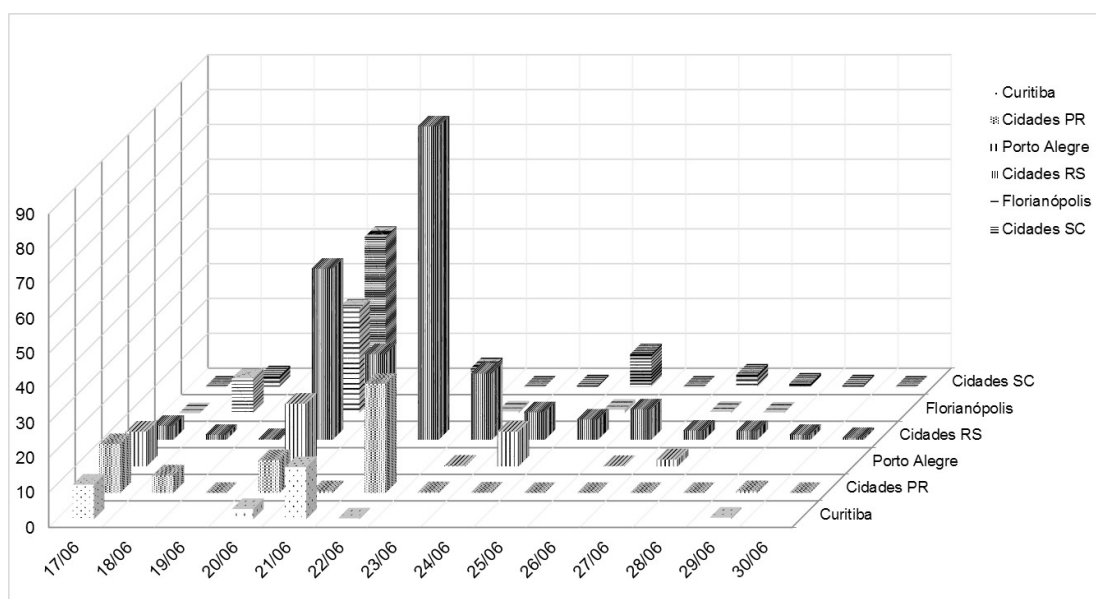
Gráfico 3. PROTESTOS NA REGIÃO SUDESTE, EM MILHARES DE MANIFESTANTES



Fonte: elaboração própria, a partir de dados disponibilizados pelo Portal G1.

Na região Sudeste, nota-se a mesma situação: entre 17 e 19 de junho, as manifestações se concentraram nas capitais e em alguns municípios do interior paulista e fluminense. Em Belo Horizonte, Rio de Janeiro e São Paulo ocorreram protestos regulares de 17 a 26 de junho. No dia 20/06, Vitória surpreende, contabilizando 100.000 manifestantes nas ruas, mesma quantidade de São Paulo, enquanto no Rio de Janeiro houve cerca de 300.000 pessoas; em vários municípios do interior dos quatro estados ocorreram protestos. Após essa data, observa-se o mesmo padrão já mencionado antes: as manifestações se tornam menores e mais esparsas; destaque para Belo Horizonte, com 70.000 pessoas em 22/06 e 50.000 em 26/06. A seguir, o gráfico 4 expõe os números de manifestantes, em milhares, na região Sul.

Gráfico 4. PROTESTOS NA REGIÃO SUL, EM MILHARES DE MANIFESTANTES



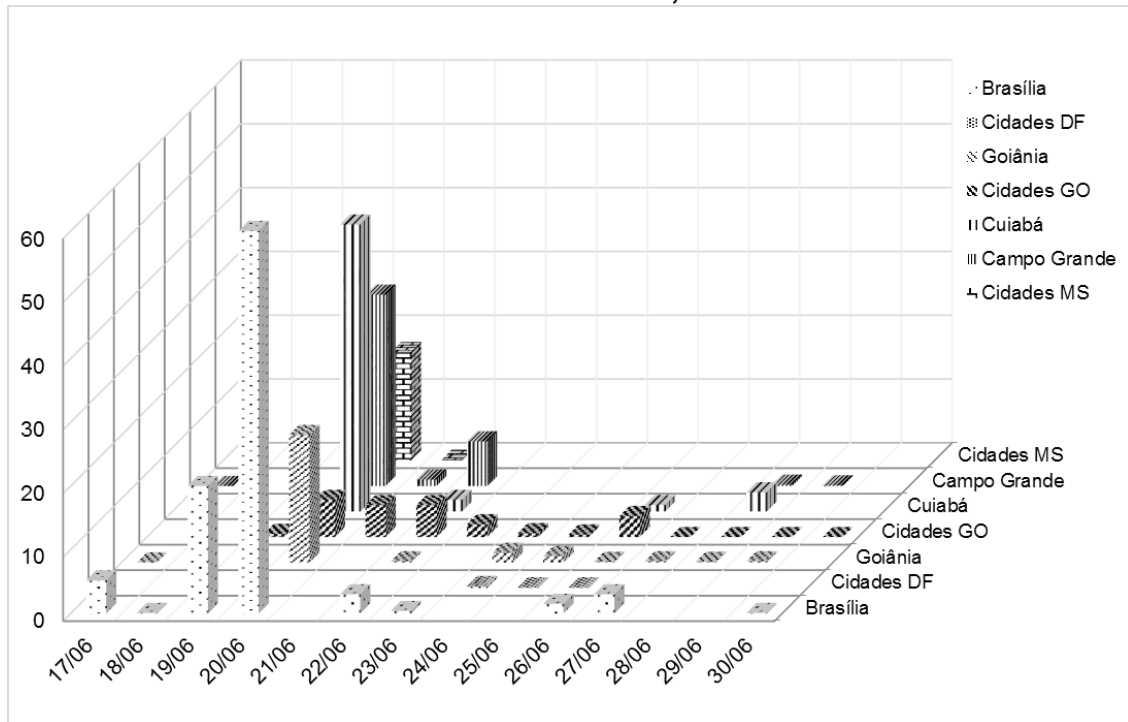
Fonte: elaboração própria, a partir de dados disponibilizados pelo Portal G1.

Na região Sul também temos o padrão já comentado antes e depois de 20/06. Em comparação com outros municípios de outras regiões, as capitais tiveram quantidade reduzida de pessoas, em números reais, no dia 20: Curitiba com 3.000, Porto Alegre com 18.000 e Florianópolis com 30.000 manifestantes; elas tiveram concentrações entre 17 e 29/06, cujo número de pessoas oscilou entre 30⁶ e 10.000. Contudo, vários municípios dos

⁶ Segundo notícia do Portal G1, em 23/06 ocorreu, em Florianópolis, o “Protestinho”, com crianças e seus pais pedindo melhorias na e na saúde. In: <http://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/2013/06/protestinho-em-florianopolis-reune-pais-e-filhos-em-apoio-aos-atos-no-pais.html> Acessado em 14/07/2015.

três estados tiveram manifestações, principalmente entre os dias 20 e 22. O gráfico 5 apresenta os dados referentes à região Centro-Oeste, em milhares de manifestantes.

Gráfico 5. PROTESTOS NA REGIÃO CENTRO-OESTE, EM MILHARES DE MANIFESTANTES



Fonte: elaboração própria, a partir de dados disponibilizados pelo Portal G1.

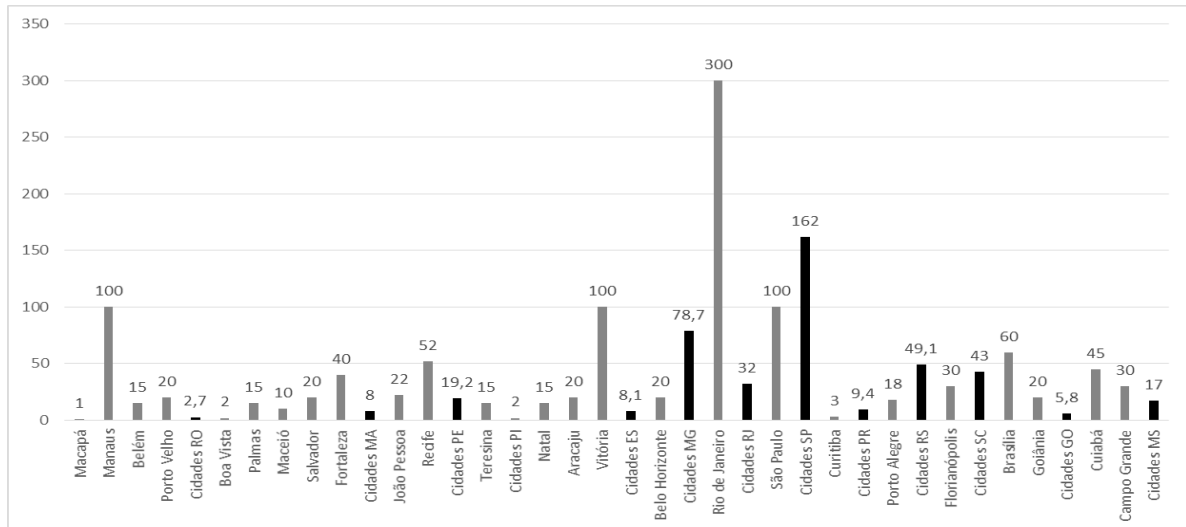
Por fim, no Centro-Oeste, no dia 20/06 houve protestos em todas as capitais, com destaque para Brasília, em que havia 60.000 pessoas, e Cuiabá, com 45.000. Tanto em Cuiabá quanto em Campo Grande a frequência de protestos foi menor, em comparação com Brasília e Goiânia, em que eles foram quase que diários, embora o número de manifestantes tenha variado de algumas dezenas para milhares de pessoas.

Os dados evidenciam que a redução dos preços das passagens de ônibus, em 19/06, repercutiram de forma ampla pelo Brasil, modificando a causa central dos protestos e evidenciando que a população ainda não se contentara com essa medida. Conforme a literatura revisada apontou (GOHN, 2014b; FERNANDES E ROSENO, 2013; MONDAINI, 2014; BARROS, 2014), outras questões sociais ganharam mais relevância em 20/06, principalmente a educação e a saúde, por meio de uma comparação com a construção dos estádios para a Copa do Mundo, de modo que o dia tornou-se um marco na cronologia

protestos.

O gráfico 6 apresenta os números de manifestantes nas ruas em 20 de junho de 2013, separando a quantidade de pessoas nas capitais e nas demais cidades de cada estado.

Gráfico 6. PROTESTOS PELO BRASIL EM 20/06, EM MILHARES DE MANIFESTANTES



Fonte: elaboração própria, a partir de dados disponibilizados pelo Portal G1.

É notável, no dia 20/06, a participação das outras cidades, com exceção das capitais, dos estados de São Paulo, Rio Grande do Sul e Minas Gerais. Isso mostra que, mesmo nos municípios menores, do interior, a onda de protestos chegou com certa força, levando a população às ruas e incluindo, além das questões gerais, os problemas enfrentados no espaço local. Muitas manifestações ocorreram em frente às prefeituras e, segundo Xavier (2013), as causas urbanas foram predominantes, em detrimento dos problemas vivenciados no campo.

A tabela 2 expõe a porcentagem de manifestantes nas capitais, por data, em relação à população total, de acordo com dados populacionais do IBGE (2010). É importante salientar que, de acordo com os dados da tabela 2, Vitória teve 30,51% de sua população nas ruas em 20/06! Já no dia 17, essa capital teve 6,1% da população no protesto. Outras capitais que merecem destaque: Cuiabá (8,17%), Florianópolis (7,12%), Palmas (6,57%), Manaus (5,55%). São Paulo e Rio de Janeiro destacam-se por terem a maior quantidade de pessoas nas ruas, em números absolutos; é preciso levar em conta que são as maiores

idades do país. Quando estes números são cruzados com a população dessas capitais, no dia 20/06, temos em São Paulo 0,89% e no Rio de Janeiro 4,75% de manifestantes nas ruas. Foram expostos somente os dados entre 17 e 22 de junho, pois as maiores porcentagens dos estados estão concentradas nestas datas. Nos dias seguintes, as manifestações diminuem consideravelmente.

Tabela 2. PORCENTAGEM DE MANIFESTANTES NAS CAPITAIS POR DATA

CAPITAL	Nº hab. 2010	17/6/13	18/6/13	19/6/13	20/6/13	21/6/13	22/6/13
Manaus	1.802.014	0,00	0,00	0,00	5,55	0,00	0,00
Rio Branco	336.038	0,00	2,38	0,00	0,00	0,00	4,46
Macapá	398.204	0,00	0,00	5,02	0,25	0,00	0,00
Belém	1.393.399	0,72	0,00	0,00	1,08	0,00	0,00
Porto Velho	428.527	0,00	0,00	0,00	4,67	0,00	0,00
Boa Vista	284.313	0,00	0,88	0,21	0,70	0,00	0,88
Palmas	228.332	0,00	0,00	0,00	6,57	0,00	0,00
Maceió	932.748	0,21	0,00	0,00	1,07	0,00	0,00
Salvador	2.675.656	0,19	0,00	0,00	0,75	0,00	0,09
Fortaleza	2.452.185	0,04	0,00	1,02	1,63	0,41	0,00
São Luís	1.014.837	0,00	0,30	1,48	0,00	0,00	0,49
João Pessoa	723.515	0,00	0,00	0,00	3,04	0,00	0,00
Recife	1.537.704	0,02	0,00	0,00	3,38	0,00	0,03
Teresina	814.230	0,00	0,00	0,00	1,84	0,00	0,00
Natal	803.739	0,00	0,00	0,00	1,87	0,00	0,00
Aracaju	571.149	0,00	0,00	0,00	3,50	0,00	0,00
Vitória	327.801	6,10	0,00	0,00	30,51	0,00	0,00
Belo Horizonte	2.375.151	0,84	0,13	0,42	0,84	0,51	2,95
Rio de Janeiro	6.320.446	1,58	0,00	0,00	4,75	0,00	0,01
São Paulo	11.253.503	0,58	0,44	0,00	0,89	0,00	0,31
Curitiba	1.751.907	0,57	0,00	0,00	0,17	0,86	0,02
Porto Alegre	1.409.351	0,71	0,00	0,00	1,28	0,00	0,00
Florianópolis	421.240	0,00	2,37	0,00	7,12	0,00	0,00
Brasília	2.570.160	0,20	0,00	0,78	2,33	0,00	0,12
Goiânia	1.302.001	0,00	0,04	0,00	1,54	0,00	0,02
Cuiabá	551.098	0,00	0,00	0,54	8,17	0,00	0,33
Campo Grande	786.797	0,00	0,00	0,00	3,81	0,13	0,89

Fonte: elaboração própria, a partir de dados do Censo 2010 (IBGE) e do Portal G1.

Segundo Fernandes e Roseno (2013), enquanto a política se tornou “sedentária”, fixa num espaço, os “nômades digitais” organizaram as manifestações. Segundo Della Porta e Diani (2006, p.155), “[...] *technological change has attracted most attention of late, as it has influenced the organizational structure of social movements as well as their tactics. The expansion of both printed and electronic means of communication has permitted na ‘externalization’ of certain costs*”. Há movimentos que não existiriam sem o uso da internet para angariar membros e fundos para sua causa. As redes sociais, entretanto, se constituem em territórios de incerteza e insegurança, visto que não há como prever o resultado que o fluxo de informações gerará.

Conforme os números evidenciaram, as passeatas não ocorreram somente em cidades globais, como São Paulo e Rio de Janeiro, mas também, e com muita força, em cidades menores. Segundo Recuero et al (2014), há muitos *tweets* localizados na região Sudeste em detrimento das demais regiões. Silva (2014b) também coloca que as regiões mais conectadas, com destaque para o Sudeste, apresentaram maior número de protestos do que aquelas com menor abrangência de redes de internet. Embora em números absolutos os estados da região Sudeste tenham levado mais pessoas às ruas e, com o maior acesso à internet, ter apresentado mais comentários nas redes sociais, não se pode ignorar os dados de pessoas nas ruas em relação à população total, conforme efetuado na análise das capitais. Isto significa que a organização e divulgação dos protestos ultrapassou os limites do acesso majoritário às redes sociais.

Os atores das ruas em Junho de 2013

Os Protestos de Junho de 2013 só podem ser compreendidos se tivermos como pano de fundo o mundo globalizado e todos os dilemas trazidos por ele, principalmente no que tange à superlotação de cidades globais e aos problemas de mobilidade urbana, bem como a reduzida soberania do Estado sobre sua economia. As manifestações foram um meio de reocupar as cidades brasileiras, dar-lhes um valor simbólico para além das demandas do capital e do individualismo, reterritorializá-las. Gohn (2014b) efetua uma discussão conceitual e define as manifestações como “[...] parte de uma nova forma de movimento social composta predominantemente por jovens, escolarizados, predominância de camadas médias, conectados por e em redes digitais, organizados horizontalmente, críticos das reformas tradicionais da política” (GOHN, 2014b, p.12).

Conforme já mencionado anteriormente, o estopim das manifestações foi dado pelas passeatas do Movimento Passe Livre (MPL), no primeiro semestre de 2013 em São Paulo, e os atos de violência cometidos pela polícia contra eles. No entanto, os protestos ultrapassaram muito a dimensão do preço da passagem de ônibus (SOARES, 2013). “[...] A luta pelo ‘passe livre’ transbordou a própria performance do MPL, tornando-se um ciclo de protestos e sendo apropriado pelo público maior, a partir do momento em que a plateia acessou e criticou a reação desproporcional da polícia paulista [...]” (DOWBOR e SZWAKO, 2013, p.55). De acordo com Fernandes e Roseno (2013) e Gohn (2014b), entre os dias 06 e

13 de junho, os protestos se concentraram na causa da redução das tarifas, liderados pelo MPL e recebendo apoio de alguns partidos de esquerda. Segundo Rodrigues (2014), Gonçalves (2014) e Mendonça e Daemon (2014), a grande imprensa caracterizava os manifestantes como vândalos e tentava esvaziar o conteúdo reivindicado ou moldá-lo aos seus interesses, resumindo-o à crítica aos políticos, de forma genérica. Ao perceber o grande apoio do povo às manifestações, a visão da mídia e dos governantes sobre os protestos começa a mudar, diante da violência policial: com o aumento do número de manifestantes, evidenciando um apoio social à causa, as passeatas passam a ser vistas como um direito democrático, um ato de cidadania (SCHERER-WARREN, 2014; GOHN, 2014a; GONÇALVES, 2014). A mídia adotou cobertura nacional e mais ampla, saindo da dimensão puramente criminalizante e investigando comportamentos, reivindicações, ações policiais e de grupos radicais.

Conforme Della Porta e Diani (2006) apontam, as mídias de massa tem um papel relevante no contexto dos protestos: elas espalham a mensagem dos movimentos envolvidos, o que publiciza a causa e tem o potencial de aumentar o número de seguidores e de recursos. Com a amplitude assumida pelos protestos após 13 de junho, mesmo com a mídia criminalizando os manifestantes, a solidariedade do cidadão comum à violência sofrida por eles fez com que mais pessoas fossem às ruas (RIBEIRO, 2014). Os veículos de comunicação de massa começaram a distinguir os “bons” dos “maus” manifestantes, os “cidadãos de bem” e os “outros” que não teriam direito legítimo ao uso da cidade, por perturbarem a ordem, retirando assim qualquer conteúdo radical e criminalizando grupos de ação direta. O principal desses grupos, os black blocks, segundo Della Porta e Diani (2006), operam a “lógica do dano”: esta pode ser reflexo de violência política, além de ser um método de chamar a atenção da mídia para a causa. Esse grupo também quer evidenciar a grande desigualdade vigente no atual sistema econômico, quebrando locais que representam grandes corporações. Portanto, não se trata de uma violência irracional, mas de atos performáticos, com um objetivo bem definido, e que não visa atingir pessoas, ao contrário dos meios de atuação da polícia no “combate” aos manifestantes.

O grande problema, também apontado por Della Porta e Diani (2006), é que a violência polariza o conflito, assim como aconteceu nos protestos: pesquisas do Datafolha em 13 e 18/06/2013, na cidade de São Paulo, constataram que os entrevistados

consideraram os manifestantes mais violentos do que deveriam, e que eram contra atos violentos, como a tentativa de invasão do Palácio dos Bandeirantes. Os manifestantes pacíficos não reconheciam como legítimos os “quebra-quebra” efetuados pelos black blocs, denunciando sempre que ocorresse uma ação desse tipo. O grande motivo dessa rejeição deve-se à legitimidade do monopólio do uso da força detido pelo Estado, embora suas ações de contenção dos protestos, via violência policial, sejam questionáveis.

Nogueira (2013) conceitua os protestos a partir de uma crise de múltiplos aspectos: econômicos, socioculturais, políticos, éticos, institucionais e governamentais. No entanto, o sistema político em sentido estrito foi o lado mais visível dessa crise, diante do cansaço da população brasileira com o modo como a política tem sido conduzida, reivindicando por mais participação. Sendo assim, os movimentos sociais que foram às ruas estabeleceram uma relação de cooperação ou, pelo menos, de não-competição, segundo Della Porta e Diani (2006), uma vez que não havia uma disputa por membros ou recursos, mas sim uma união de todos contra a conjuntura dada, embora os manifestantes que cometiam atos de vandalismo fossem denunciados pelos outros presentes. Mesmo assim, ambos expressavam seu descontentamento com a situação vigente.

Os manifestantes, de acordo com Singer (2013), Paulino (2014) e Adoue (2014), eram compostos por uma juventude órfã de organização popular, não se reconhecendo nos tradicionais partidos (de direita e de esquerda), movimentos sociais, entidades e sindicatos, visto que estas se burocratizaram e se converteram em espaços de ascensão social. Nobre (2013) também confirma essa rejeição à divisão entre direita e esquerda, visto que essa juventude, nascida a partir dos anos 90, nunca viu uma polarização efetiva. Por isso, os protestos tenderam ao horizontalismo, para romper com o verticalismo dessas organizações sociais existentes. Silva (2014a) os classifica como movimentos nem de direita, nem de esquerda; nem liberais, nem socialistas; nem comunistas, nem anarquistas, mas um pouco de cada coisa, podendo ainda incluir ideologias religiosas; o que os une é o descontentamento e o desejo de mudar o presente. Essa rejeição aos grupos tradicionais foi constatada em pesquisa do IBOPE, no dia 20/06, em várias cidades: dentre os entrevistados, 61% demonstra muito interesse por política, mas 83% não se sentem representados pelos políticos brasileiros, 89% não se sentem representados por um partido político, 96% não são filiados a partidos e 86% não pertencem a sindicatos, entidades de

classe ou estudantis. A maioria dos entrevistados (63%) é jovem, entre 14 e 29 anos, está no ensino médio ou superior (92%) e trabalha (76%), sendo que 56% possui renda familiar entre 2 e 10 salários mínimos.

As manifestações também não podem ser classificadas como apenas de classe média. Com base em dados empíricos, Singer (2013, p.31) coloca que “[...] o novo proletariado ou precariado, conforme sugerido por alguns autores, foi para as ruas”. Nobre (2013) e Mendonça e Daemon (2014) ressaltam o número elevado de protestos que surgiram nas periferias, bem como a presença de moradores das comunidades nas manifestações no Rio de Janeiro⁷. Ainda há também jovens que, em Florianópolis, produziam-se para os protestos, tiravam fotos e as reproduziam nas redes sociais, registrando sua participação em “praça pública” (SCHERER-WARREN, 2014).

Singer (2013) ressalta, ao comentar a postura de lideranças do MPL em entrevista ao programa Roda Viva (13/06/2013), o surgimento de uma “nova esquerda”, em sintonia com os movimentos Occupy e os Indignados da Espanha⁸: eles se recusaram a expor aspectos pessoais, visto que o objetivo era falar da questão das tarifas. O problema, segundo o autor, é que isso abriu espaço para diversas visões de mundo nos protestos, incluindo a direita, que tentou impor a bandeira da corrupção como maior causa, por impregnar facilmente no senso comum. Ele também aponta a presença de um “centro pós-materialista” entre os manifestantes, preocupado com o bem-estar e a participação social, visto que esse grupo já resolvera seus problemas materiais.

Durante os dias de protestos, também compareceram às ruas muitas pessoas descontentes com a conjuntura política, que não integram nenhum movimento ou partido. Havia os manifestantes apolíticos, que optavam por não seguir posicionamentos de nenhum partido, como também os antipolíticos, que eram contrários à participação de partidos em atos, demonizando-os e agindo com hostilidade (CAMPOS, 2014). As reivindicações iniciais canalizaram os diversos descontentamentos do cidadão comum e conseguiram levá-lo para as ruas, fato que deu corpo aos protestos. Segundo Della Porta e Diani (2006, p.138): *“At times of collective effervescence, when enthusiasm is high and the*

⁷ Mendonça e Daemon (2014) afirmam que houve ações policiais (interrogatórios e revistas) nas comunidades, para impedi-los de participarem dos protestos no centro! Guterres (2014), ao narrar sua experiência nos protestos no Rio de Janeiro, chama atenção para a violência cotidiana sofrida por alguns grupos.

⁸ Para uma síntese sobre esses fatos, ver a segunda parte do livro de GOHN, M..G. **Manifestações de junho de 2013 no Brasil e praças dos indignados no mundo**. Petrópolis, Vozes, 2014.

will to participate is strong, it is easier to mobilize people and resources even informally as individuals". A quantidade de pessoas nas ruas é relevante; a autora ainda pontua:

The logic of number is coherent with the principles of representative democracy: an attempt is made to influence public opinion, the final repository of political power. Given that demonstrators are also voters, it is assumed that their representatives will change their position rather than risk not being reelected (DELLA PORTA e DIANI, 2006, p.172).

Momentaneamente, os protestos mudaram alguns aspectos da política vigente no Brasil: mesmo com essa falta de continuidade, as ruas se tornaram um lugar indesejado e temido pelo Executivo e pelo Legislativo, que precisou oferecer algumas respostas rápidas, como a recusa à PEC 37, os pronunciamentos de Dilma em rede nacional, propondo os "cinco pactos"⁹, sendo o programa "Mais médicos" resultante de um deles, além de vários prefeitos revogando o aumento das passagens. A longo prazo, os protestos não alteraram tanto o cenário eleitoral do ano seguinte: a população reelegeu a presidente Dilma, embora tenha sido um momento conturbado entre as campanhas e o seu primeiro ano de governo, envolvendo inclusive pedidos de impeachment. Della Porta e Diani (2006) já alertavam sobre a possibilidade de alcance limitado de protestos de massa, pois o voto é estruturado por várias questões, num equilíbrio entre diferentes motivações, e dificilmente o indivíduo abandona sua escolha eleitoral tradicional por conta de um evento cuja duração é limitada.

Considerações finais

Retomando os pontos levantados por Della Porta e Diani (2006), apresentados na introdução, este artigo procurou analisar os Protestos de Junho de 2013, compreendendo suas causas à luz das transformações globais e nacionais, que foram determinantes para o "sucesso"¹⁰ das manifestações. É possível sintetizar, em uma causa, todas as reivindicações apresentadas nos protestos: os cidadãos, agrupados em diversos movimentos sociais – velhos, novos ou "novíssimos", não se sentem politicamente representados. O estopim dado pelo aumento de centavos na passagem de ônibus e a rápida ampliação das causas expressas nas ruas, transformando-as em manifestações por diversos direitos, confirmam

⁹ Propostas apresentadas pela presidenta Dilma Rousseff, no dia 24/06/2013, em resposta às reivindicações dos Protestos de Junho de 2013. São elas: responsabilidade fiscal; plebiscito sobre a reforma política; pacto pela saúde; investimento em mobilidade urbana; destinação de recursos do pré-sal para a educação.

¹⁰ Isso se levamos em conta o elevado número de participantes que compareceram às ruas pelo período apresentado. A grande adesão dos brasileiros pode ser apontada como motivo de sucesso. Entretanto, em relação às respostas oferecidas pelo poder político, tal afirmação é passível de ser questionada.

esse argumento. As análises da bibliografia e dos dados estatísticos evidenciaram estudos muito concentrados na ocorrência dos protestos no Sudeste, possivelmente por ser o estopim das passeatas e pela elevada quantidade de pessoas, em números absolutos. No entanto, quando olhamos para os dados quantitativos, a porcentagem de manifestantes em relação à população mostra outras capitais, de outras regiões, com números mais expressivos. Essa constatação evidencia a necessidade de pesquisas sobre os protestos em outras regiões.

O mundo virtual contribuiu para difundir, rapidamente, novas opiniões e críticas sobre o mundo político, bem como a realidade do próprio país e de outros países. A rapidez e acessibilidade dos meios de comunicação serviu para fomentar debates virtuais e marcar encontros de cunho contestador, dando novos usos ao espaço físico. Os indivíduos globalmente conectados se desconectam dos compromissos com o local, somente em alguns momentos, em que há deficiência grave de serviços, saem às ruas para exigir seus direitos. Será que a política está carente de espacialidade? Como organizar espaços políticos sem poder traçar limites? Como pensar, então, a democracia participativa nesse contexto? É preciso que ela ultrapasse essa dimensão meramente material, promovendo a integração social e o reconhecimento da pluralidade. Os dados apresentados sobre os protestos por região mostraram que, nos estados e capitais em que há maior acesso à internet, o que permite o cibertativismo, a porcentagem de pessoas que foram às ruas, em relação à população total do estado, foi baixa, se compararmos com outros estados. Será que, na verdade a democracia não carece de mais espaços físicos de participação, além de mais acesso ao ciberespaço, como meio de discussão política? Outras pesquisas precisariam evidenciar se existem canais de participação política nesses lugares ou não.

Os problemas globais exigem respostas nacionais e locais, e justamente nesse ponto é que está o dilema. Segundo Bauman (2014), é preciso uma revisão geral de nossa maneira de viver e dos valores que nos orientam. É possível dizer que vivenciamos um deslocamento de três esferas essenciais, inédito nessa dimensão na história da humanidade: o político, o social e o econômico estão operando com lógicas desconectadas. Ribeiro (2014), ao comparar os Protestos de Junho de 2013 às manifestações de 1968 e às mais recentes – movimentos anti-globalização, Primavera Árabe, Indignados da Espanha e Occupy, aponta que todas foram sucedidas por ondas da direita. Faz-se urgente o advento

de instituições que protejam o espaço público, cada vez mais cercado nas mãos de investidores. A democracia, inclusive na sua forma participativa, precisa encontrar meios de ir além do Estado-nação e da cidade, ou seja, precisa expandir seu alcance de atuação, buscando também meios de cooperação internacional, conscientizando as populações de que os problemas internos são semelhantes e tem uma origem comum, que ultrapassa o espaço nacional, para se inserir na lógica do mundo globalizado e retomar o controle do sistema econômico capitalista, cuja lógica de exploração ampliou a desigualdade social em diversos países. Não se trata de criar uma “governança global”, pois esta também se sujeita aos interesses do capital e da elite global, mas sim uma democracia de perspectiva mais cosmopolita, que priorize os direitos humanos e utilize como meio de expansão o diálogo e o reconhecimento.

Referências

- ABRANCHES, S. H. H. de. Presidencialismo de coalizão: o dilema institucional brasileiro. **Dados: Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v.31, n.1, p.5-34, 1988.
- ADOUE, Silvia B. Vai encarar? In: GONÇALVES, Mauricio. (Org.) **As jornadas de junho: os significados do retorno das manifestações de massa no Brasil**. Recife: Ed. do Organizador, 2014, p.139-146.
- BARROS, Marcelo. Os idiomas misturados vindos da rua. In: GONÇALVES, Mauricio. (Org.) **As jornadas de junho: os significados do retorno das manifestações de massa no Brasil**. Recife: Ed. do Organizador, 2014, p.60-66.
- BAUMAN, Zigmunt. **Confiança e medo na cidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2009.
- _____. ¿La riqueza de unos pocos nos beneficia a todos? Barcelona: Paidós, 2014.
- BECK, Ulrich. Crônicas desde el mundo de la política interior global. Barcelona: Paidós, 2011.
- _____. El dios personal. La individualización de la religión y el “espírito” del cosmopolitismo. Barcelona: Paidós, 2009.
- CAMPOS, Antonio de. A natureza dos protestos atualmente existentes no Brasil. In: GONÇALVES, Mauricio. (Org.) **As jornadas de junho: os significados do retorno das manifestações de massa no Brasil**. Recife: Ed. do Organizador, 2014, p.43-54.
- CAMPOS JR, Jesualdo. Não se pode pensar estar fazendo algo diferente quando se aposta no mesmo caminho. In: GONÇALVES, Mauricio. (Org.) **As jornadas de junho: os significados do retorno das manifestações de massa no Brasil**. Recife: Ed. do Organizador, 2014, p.178-185.
- CNT/MDA PESQUISA. **Relatório síntese**. Rodada 114 - 07 a 10 de julho de 2013. In: <http://www.cnt.org.br/Imagens%20CNT/PDFs%20CNT/Pesquisa%20CNT%20MDA/Relatorio%20SINTESE%20-%20CNT%20JULHO2013%20-%20R114%20-%20FINAL.pdf> Acessado em: 18/09/2013 às 17:42.

DATAFOLHA. **Avaliação sobre protestos por tarifa de ônibus em São Paulo**. PO813687-13/06/2013. Disponível em: <http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2013/06/14/tarifa-de-onibus.pdf> Acesso em: 11 jan. 2016 às 16:23.

DATAFOLHA. **Protestos sobre aumento na tarifa dos transportes II**. PO813688- 18/06/2013. Disponível em: <http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2013/06/19/protestos-aumento-tarifa-ii.pdf> Acesso em: 11 jan. 2016 às 16:47.

DELLA PORTA, Donatella; DIANI, Mario. *Social movements: an introduction*. 2.ed. Malden: Blackwell Publishing, 2006.

DOWBOR, Monika; SZWAKO, José. Respeitável público... Performance e organização dos movimentos antes dos protestos de 2013. **Novos Estudos Cebrap**, São Paulo, n.97, p.43-55, nov. 2013.

FERNANDES, Edson; ROSENO, Ricardo de F. **Protesta Brasil: das redes sociais às manifestações de rua**. 1.ed. São Paulo: Prata Editora, 2013.

FRONTEIRAS. **Manuel Castells analisa as manifestações em São Paulo. 2013**. In: <http://www.fronteras.com/canalfronteiras/entrevistas/?16%2C68> Acessado em: 19/06/2013 às 16:29.

GOHN, Maria da G. A sociedade brasileira em movimento: vozes das ruas e seus ecos políticos e sociais. **Caderno CRH**, Salvador, n.71, v.27, p.431-441, 2014a.

GOHN, Maria da G. **Manifestações de junho de 2013 no Brasil e praças dos indignados no mundo**. Petrópolis: Vozes, 2014b, p.7-88.

GOHN, Maria da G. **Movimentos sociais na era global**. Petrópolis: Vozes, 2012.

GONÇALVES, Mauricio. As jornadas de junho e os limites do neodesenvolvimentismo no Brasil. In: _____. (Org.) **As jornadas de junho: os significados do retorno das manifestações de massa no Brasil**. Recife: Ed. do Organizador, 2014, p.158-177.

GUTTERRES, Anelise dos S. "*It's not easy, I ask for public mobility and the government sends Skull against me*": an intimate account of the political protests in Rio de Janeiro (June & July, 2013). *Anthropological Quarterly*, .87.3, 2015.

HELD, David. A democracia, o Estado-nação e o sistema global. **Lua Nova**, São Paulo, n.23, p. 145-194, 1991.

INFOGRÁFICO G1. **Manifestações Pelo Brasil**. Disponível em: <http://g1.globo.com/brasil/protestos-2013/infografico/platb/> Acesso em: 06 out. 2013 às 17:39.

LIMA, Marcos C. O som e a fúria das ruas. In: GONÇALVES, M. (org.) **As jornadas de junho: os significados do retorno das manifestações de massa no Brasil**. Recife: Ed. do Organizador, 2014, p.117-128.

MENDONÇA, Kleber; DAEMON, Flora. Os "outros" da rua: o acontecimento discursivo das manifestações de 2013. **PPGCOM – ESPM, Comunicação, mídia e consumo**, ano 11, vol.11, n.30 p. 37-55, 2014.

MONDAINI, Marco. O especialista e os Protestos de Junho: a edição da cacofonia das ruas. In: GONÇALVES, Mauricio. (Org.) **As jornadas de junho: os significados do retorno das manifestações de massa no Brasil**. Recife: Ed. do Organizador, 2014, p.32-40.

MORAES, Manoel. A dialética das ruas: novos atores e sujeitos coletivos nas redes sociais. In:

GONÇALVES, Mauricio. (Org.) **As jornadas de junho: os significados do retorno das manifestações de massa no Brasil**. Recife: Ed. do Organizador, 2014, p.151-157.

NOBRE, Marcos. **Choque de democracia. Razões da revolta**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. **As ruas e a democracia**. Ensaio sobre o Brasil contemporâneo. Brasília: Fundação Astrojildo Pereira (FAP); Rio de Janeiro: Contraponto, 2013.

PAULINO, Natália. Protestos no Brasil: o que fazer? In: GONÇALVES, Mauricio. (Org.) **As jornadas de junho: os significados do retorno das manifestações de massa no Brasil**. Recife: Ed. do Organizador, 2014, p.41-42.

Pesquisa IBOPE sobre os manifestantes. Disponível em:

<http://g1.globo.com/brasil/noticia/2013/06/vejaintegradapesquisadoibopesobreosmanifestantes.html> Acesso em: 11 jan. 2016 às 17:53.

RECUERO, Raquel; ZAGO, Gabriela; BASTOS, Marco T. O Discurso dos #ProtestosBR: análise de conteúdo do *Twitter*. **Galaxia**, São Paulo, n. 28, p. 199-216, 2014.

RIBEIRO, Renato J. O Brasil e a democracia de protesto. **MATRIZES**, São Paulo, v. 8, n.1, p. 93-117, 2014.

RODRIGUES, Daniel. As lutas sem classe de 2013? In: GONÇALVES, Mauricio. (Org.) **As jornadas de junho: os significados do retorno das manifestações de massa no Brasil**. Recife: Ed. do Organizador, 2014, p.129-138.

SASSEN, Saskia. *Expulsions*. Cambridge: Harvard University Press, 2014, p.1-79.

SCHERER-WARREN, Ilse. Manifestações de rua no Brasil 2013: encontros e desencontros na política. **Caderno CRH**, Salvador, n.71, v.27, p.417-429, 2014.

SILVA, Drance E. da. O súbito acordar do povo e suas ruas. In: GONÇALVES, Mauricio. (Org.) **As jornadas de junho: os significados do retorno das manifestações de massa no Brasil**. Recife: Ed. do Organizador, 2014a, p.75-81.

SILVA, Thiago. M. da. **Manifestações no Brasil: estruturação da esfera pública, rede social e participação popular na Internet**. 2014b. 132p. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Jornalismo), Universidade de Coimbra, 2012.

SINGER, André. Brasil, junho de 2013: classes e ideologias cruzadas. **Novos Estudos Cebrap**, São Paulo, n.97, p. 23-40, 2013.

SOARES, Luiz Eduardo. **O que eu sei e o que não sei sobre as manifestações pelo passe livre. 2013**. Disponível em: <http://www.luizeduardosoares.com/?p=1098> Acesso em: 19 jun. 2013 às 16:37.

TEIXEIRA, Ana C. C. A atuação das Organizações Não-Governamentais: entre o Estado e o conjunto da sociedade. In: DAGNINO, E. **Sociedade civil e espaços públicos no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

XAVIER, Roseane. O jogo da democracia: impressões sobre os protestos recentes no Brasil. **Estudos de Sociologia [online]**, vol. 2, n. 19, 2013.

VIANNA, L.W. **O movimento da hora presente. 2013**. In:

<http://www.estadao.com.br/noticias/impresso,o-movimento-da-hora-presente,1043763,0.htm> Acessado em: 19/06/2013 às 16:42.